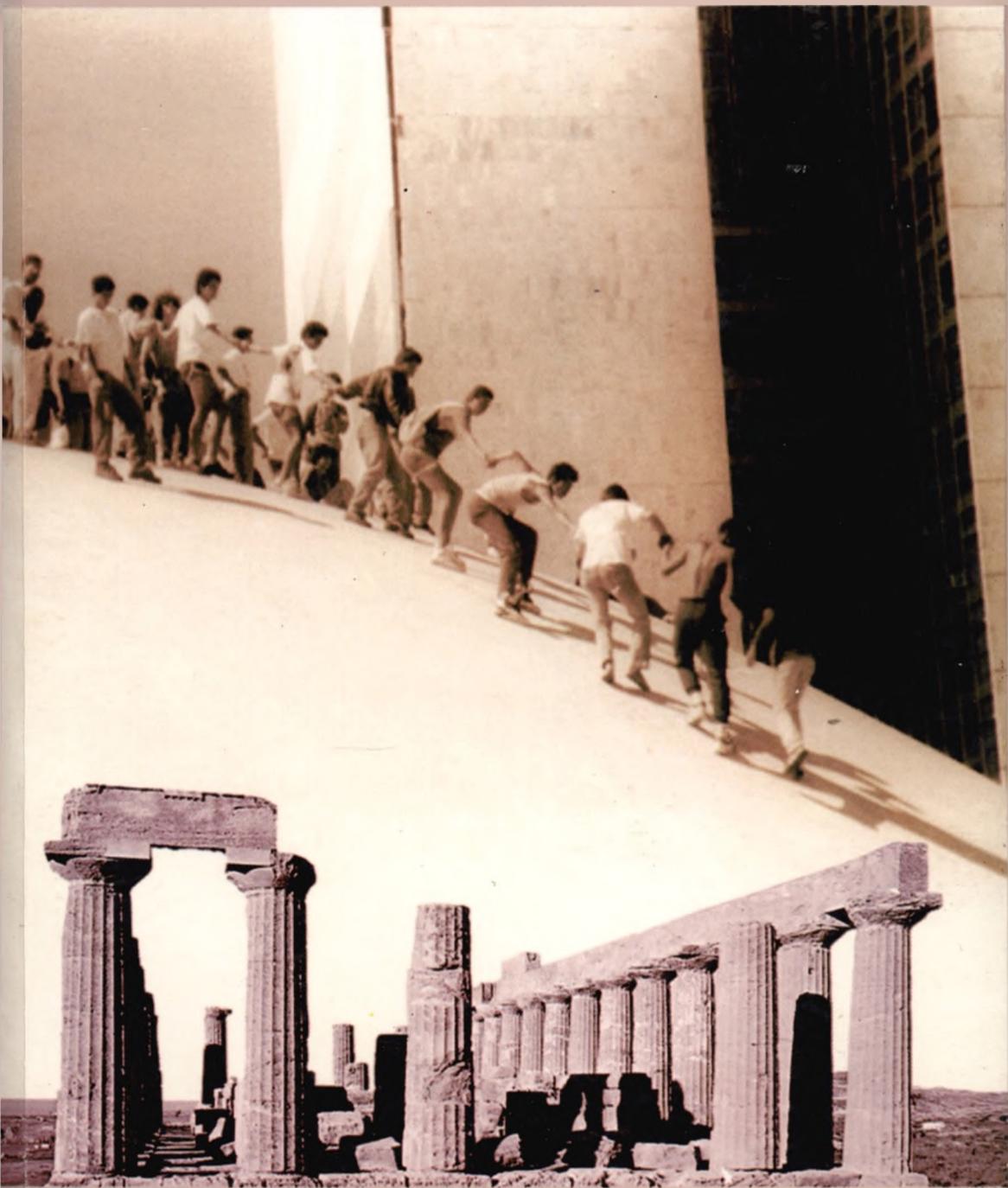


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

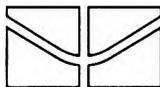
O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem, ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EQUIDADE SOCIAL

Heraldo Muñoz¹
Embaixador da República do Chile no Brasil

Em tempos recentes o Chile tem aparecido nos meios de comunicação e na opinião pública internacional como uma espécie de país modelo de recuperação e consolidação democrática. Ironicamente, em outros momentos, e devido a fatos isolados, o Chile tem sido apresentado como um país com uma institucionalidade democrática frágil e, mais ainda, afetado por um problema de convivência entre o governo civil e as Forças Armadas que coloca um sinal de interrogação sobre o futuro da democracia no País.

Para compreender o que passa no Chile, atualmente, é necessário conhecer o processo histórico de evolução da democracia e, além disso, entender que o País tem experimentado nos últimos anos três processos diferentes de transição que se sobrepõem, coexistem e se potencializam mutuamente.

Primeiro, uma transição no sistema internacional cujas características principais são bem conhecidas: o fim da União Soviética e o colapso do socialismo real, a globalização da economia e a ampliação dos espaços econômicos, o aprofundamento da interdependência tecnológica, o reaparecimento de antigas rivalidades étnicas, religiosas e nacionalistas e o surgimento de novas formas de instabilidade.

Com as contradições do mundo pós-guerra fria, pode-se afirmar que nos últimos anos o mundo tem experimentado uma transição global marcada de maneira significativa pelo triunfo do ideal democrático e pela ascensão do liberalismo econômico. Isto tem sido visto desde o colapso do *apartheid* e do triunfo da democracia na África do Sul, ou dos movimentos inéditos em favor da abertura democrática em países como a China e a Tailândia, até a recuperação democrática em países como a Polônia, o Haiti ou o Paraguai. Como sustentou o cientista político francês Robert Bonnaud, a primeira parte do século XX esteve marcada pela noção de “igualdade” e justiça, enquanto que o século termina sob o signo da ascensão da liberdade e da democracia.

¹ Este artigo expressa opiniões pessoais, que não necessariamente refletem os pontos de vista do governo do Chile.

Esta transição mundial tem afetado positivamente a reconstrução democrática no Chile, pois tem limitado as tensões ideológico-políticas características da confrontação Leste-Oeste; colocou o País frente a desafios externos que demandam “posições de Estado” mais que posturas de “governo”; criou um “ambiente” externo² propício à busca de acordos mediante o diálogo democrático; e, por último, o estreitamento das opções econômicas pelas mudanças da economia mundial e pelo fracasso do modelo de economia planejada tem dissipado os temores de atores internos sobre o futuro e facilitado as políticas de busca de consensos.

Segundo, o Chile ainda vive uma transição à plena democracia propriamente dita. Isto é, ainda existem desafios para completar o processo de transição do autoritarismo à democracia.

Terceiro, o Chile experimenta, por último, uma transição à um novo tipo de regime democrático. Isto é, no Chile estão sendo discutidas intensamente diversas modificações estruturais no sistema político, nas estruturas e instituições democráticas fundamentais, referidas, por exemplo, as vantagens do parlamentarismo *versus* presidencialismo; governabilidade; modernização do Estado e ética pública (corrupção); reforma do poder judicial; sistema eleitoral, etc.

Este processo é intenso no Chile, não somente pela experiência traumática da ditadura que obriga a reconsiderar o papel de estruturas, instituições e funções que pudessem haver colaborado para o colapso da democracia, senão que também pela nova liderança política no Chile, onde se destaca a forte presença de intelectuais e acadêmicos que têm talvez uma maior sensibilidade do que os “políticos tradicionais” aos fatores estratégicos que incidem no dia-a-dia democrático do País. Concentrarei esta análise na segunda das transições, a transição do autoritarismo à democracia, mas farei referências *en passant* às outras transições. Antes, todavia, é vital contar com uma breve sinopse histórica para melhor entender a quebra e o posterior ressurgimento da democracia no Chile.

A democracia no Chile não é um fenômeno novo. De fato, o Chile manteve até 1973 uma das democracias mais sólidas, estáveis e antigas do

² O ambiente externo favorável à democracia inclui encontros nas instâncias de concentração internacional, como o Grupo do Rio que se baseia na associação de Estados democráticos. E a Organização dos Estados Americanos tem criado instrumentos para fortalecer e defender os regimes democráticos.

Hemisfério Sul e do mundo. Um estudo sobre democracias, que considera vários indicadores, determinou que na década de 60 o Chile figurava em uma melhor posição do que democracias desenvolvidas como, por exemplo, os Estados Unidos.

No plano constitucional, a Constituição chilena de 1925 era um catálogo de direitos mais completo que o *Bill of Rights* dos Estados Unidos, pois, em adição aos direitos políticos e civis, proclamava diversos direitos econômicos e sociais inspirados nos Estados de bem-estar europeus e na doutrina católica relativa à justiça social e aos direitos trabalhistas.

Embora alguns direitos consagrados na Constituição de 1925 nem sempre chegavam a materializar-se plenamente, o Chile exibiu durante a maior parte do presente século uma tradição de abertura e pluralismo mais ampla que em outras democracias ocidentais. Assim, já em 1922 o Chile contava com um Partido Comunista e dez anos mais tarde com um forte Partido Socialista. Completando o arco político, existiam partidos conservadores, liberais e radicais (social-democratas de centro). Em 1938 o Chile foi o único país, além da Espanha e da França, a ser governado por uma coalizão de “frente popular” (uma aliança de comunistas, socialistas e social-democratas).

É conveniente notar que o pluralismo democrático e o forte desenvolvimento da cultura política chilena contrastava com uma economia subdesenvolvida, com uma classe média em expansão, e com uma classe trabalhadora ativa em suas reivindicações, o que, conseqüentemente, colocava um desafio difícil para obter consensos em matéria social.

Este mesmo desenvolvimento da cultura democrática chilena levou à progressiva conformação de um cenário político dominado por três blocos de comparável força eleitoral: direita, centro e esquerda.

Assim, em 1958 o candidato da direita, Jorge Alessandri, triunfou nas eleições presidenciais, derrotando por uma maioria relativa os candidatos da Democracia Cristã (Eduardo Frei M.) e da esquerda (Salvador Allende). Em 1964 foi a vez do centro político, o qual obteve uma vitória por maioria absoluta com o apoio da direita, na pessoa de Eduardo Frei Montalva. Em setembro de 1970, em uma corrida presidencial com três candidatos, Salvador Allende foi eleito presidente por uma maioria relativa, em representação de uma coalizão de partidos de esquerda, constituindo-se assim no primeiro socialista a chegar ao poder pacificamente, pela via do voto, derrotando os candidatos dos restantes dois terços políticos: Jorge Alessandri (direita) e Radomiro Tomić (centro, Democracia Cristã).

A vitória de Salvador Allende provocou surpresa e deu origem a manobras de alguns setores políticos internos e do governo dos Estados Unidos, através da CIA, para impedir que Allende assumisse a Presidência do Chile. Tais manobras incluíram a tentativa de seqüestro e posterior assassinato do comandante-em-chefe do Exército, René Schneider, orientado para provocar uma reação das Forças Armadas contra a ratificação de Allende por parte do Congresso chileno. Não obstante, em novembro de 1970 a eleição de Allende foi ratificada pelo Congresso com os votos dos parlamentares do centro e da esquerda, sobre a base de um acordo de garantias constitucionais. Cabe mencionar que pouco antes da eleição de Allende, os setores políticos chilenos haviam rechaçado a idéia de votar uma emenda constitucional que requereria um segundo turno na eleição do Presidente do Chile se nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta. Percebe-se claramente que o sistema político chileno não provia mecanismos para forçar a conformação de coalizões majoritárias de governo. De igual maneira, o sistema partidário tripolar chileno era tão abrangente que pouco espaço deixava para o desenvolvimento da sociedade civil. De fato, devido a essa forte presença da estrutura político-partidária na organização da sociedade civil, percebia-se uma clara “partidização” e carência de autonomia dos movimentos sociais. A contraparte lógica desta situação era que no Chile, diferentemente de outros países, incluindo o Brasil, o Estado aparecia como o referente único e privilegiado de toda a ação coletiva³.

Durante o governo da coalizão “Unidade Popular” do Presidente Allende, as características mencionadas do sistema político chileno se exacerbaram. O governo de Allende nacionalizou o cobre, acelerou a reforma agrária, passou ao controle estatal numerosas empresas e bancos, e implementou diversas medidas tendentes a redistribuir a riqueza. Por sua parte, a oposição enfrentou abertamente o governo pelos mais diversos meios, desde as acusações constitucionais aos ministros do governo até as greves e sabotagens. Como se sabe, os Estados Unidos tiveram um papel significativo de apoio aos esforços por desestabilizar o governo da Unidade Popular.

Setores extremistas de esquerda, dentro e fora da coalizão, ultrapassaram as medidas do programa de governo do Presidente Allende, tomando posse, pela força, de médias e pequenas empresas, e de fazendas de diversos tamanhos, para levá-las ao controle estatal ou dos trabalhadores.

³ Ver Manuel Antônio Garretón “Derrumbe e Recuperación Democráticos a la Luz del Dilema Presidencialismo-Parlamentarismo” em Oscar Godoy (ed.) *Cambio de Regimen Político* (Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1992), p. 207.

A oposição extremista, que desde o começo havia recorrido ao uso da violência para impedir o acesso de Allende à Presidência, passou a incrementar suas ações de violência e terrorismo.

A polarização da vida política durante os anos de Allende penetrou uma sociedade carente de mediações institucionais para resolver os conflitos políticos, e carente de mecanismos para pressionar a conformação de coalizões majoritárias. O País se radicalizou e as famílias se dividiram em dois grupos: partidários e opositores ao governo de Allende.

O golpe militar de 11 de setembro de 1973 quebrou a longa tradição democrática chilena que, até esse momento, durante o século XX, havia tido apenas uma breve interrupção no princípio da década de 30. A junta militar presidida pelo General Augusto Pinochet dissolveu o Congresso, fechou numerosos meios de comunicação, suspendeu o funcionamento dos partidos políticos, impôs um regime de censura, ordenou a queima dos registros eleitorais e deteve milhares de pessoas vinculadas ao governo de Allende ou suspeitas de ter posições de esquerda.

Como se sabe, a violação dos direitos humanos foi especialmente severa durante os primeiros anos do governo militar.

Detenções massivas, torturas, desaparecimentos e exílio passaram a caracterizar a etapa pós-golpe.

No início do ano de 1974 foi criada a polícia secreta do regime ditatorial, a Direção Nacional de Inteligência (DINA), dirigida pelo então coronel do Exército Manuel Contreras. A DINA centralizou a repressão política e foi responsável por quase todos os desaparecimentos de opositores à ditadura entre 1974 e 1977, ano em que tal instituição repressiva foi desarticulada e substituída por um novo corpo de polícia secreta, a Central Nacional de Informações (CNI). Paralelamente, o governo militar impulsionou um importante programa de desestatização e reforma econômica, buscando entregar maiores responsabilidades ao setor privado na condução da atividade econômica nacional. O controle da inflação, o fomento das exportações e a desregulamentação da economia passaram a ser objetivos-chaves do novo plano econômico.

Com o passar do tempo, o governo militar decidiu implantar uma nova institucionalidade através de um *referendum* para aprovar uma Constituição elaborada a portas fechadas. O *referendum* realizou-se em outubro de 1980 e culminou com a aprovação da Constituição de 1980. Foi realizado sem registros eleitorais e sem as menores garantias para a expressão de oposição ao mesmo, pelo que seu resultado foi considerado ilegítimo pela oposição à ditadura.

A nova Constituição delegou poderes extraordinários a um Conselho de Segurança Nacional com maioria de membros militares; estabeleceu que nove senadores do futuro Congresso seriam designados (biônicos); limitou o poder presidencial para transferir ou remover os comandantes-em-chefe das Forças Armadas; e estabeleceu procedimentos para dificultar extraordinariamente sua eventual reforma⁴. A Constituição de 1980 determinou que haveria um plebiscito em 1988 para que fosse eleito, com um voto SIM ou NÃO, um candidato presidencial único proposto pela junta militar do governo. Na eventualidade de ser “eleito”, tal pessoa governaria por mais oito anos. Diversos artigos transitórios da Constituição reforçaram as medidas repressivas para assegurar o controle autoritário até 1988, incluindo a proibição de funcionamento dos partidos políticos até 1987.

Porém, no início dos anos 80 produziu-se um processo de reorganização e ressurgimento “de fato” dos partidos políticos de oposição à ditadura. Assim, o Partido Socialista anunciou publicamente em 1981 sua reativação e mobilização pacífica pela recuperação da democracia. Vários outros partidos fizeram o mesmo e passaram a operar publicamente, apesar das proibições imperantes. Nesse mesmo período iniciaram-se protestos massivos nas ruas contra a ditadura em todo o Chile, impulsionados em seu início por organizações de trabalhadores, mas abrangendo mais tarde os vários setores da cidadania.

Em 1983, o que constituiu um fato histórico, a esquerda (excluindo o Partido Comunista) formou uma coalizão com a Democracia Cristã, acompanhados do Partido Radical, de alguns social-democratas e de um pequeno partido da direita, dissidente da ditadura, com o propósito de concentrar ações para a recuperação pacífica da democracia. A denominada “Aliança Democrática” teve o mérito principal de unir o Partido Democrata Cristã aos socialistas; os dois haviam se enfrentado duramente nos anos do governo do Presidente Allende. A Aliança Democrática foi o embrião de uma ampla coalizão política que se formaria mais tarde, superando assim o tradicional modelo político chileno dos três terços.

A oposição agrupada na Aliança Democrática trabalhou para incluir outros setores socialistas que mais tarde tornou-se uma concentração pragmática para enfrentar Pinochet no plebiscito de 5 de outubro de 1988, tentando derrotá-lo em seu próprio jogo. Apesar da falta de garantias, os partidos de oposição agrupados no “Comando do NÃO” chamaram à inscrição

⁴ Sobre o desenvolvimento constitucional chileno ver José Zalaquett “Constitutionalism and Human Rights: The Case of Chile”, *Constitution*, outono, 1993.

massiva nos registros eleitorais, e à mobilização para votar NÃO e controlar os resultados. A oposição de centro-esquerda criou o “Partido pela Democracia” sob as regras da Lei dos Partidos Políticos da ditadura para ter um instrumento legal de mobilização e controle, tanto que a Democracia Cristã inscreveu-se como tal. Em 05 de outubro de 1988 a oposição unida triunfou ao obter o “NÃO” ao candidato único, o General Augusto Pinochet, com uma maioria absoluta dos votos emitidos. Esse momento marcou o começo do fim da ditadura pois, segundo a própria Constituição de 1980, a vitória do NÃO no plebiscito obrigava a chamar eleições presidenciais e parlamentares em dezembro de 1989.

Novamente a oposição unida se organizou para essas eleições, constituindo a “Concentração de Partidos pela Democracia”, coalizão majoritária que venceu amplamente com seu candidato Patricio Aylwin, o qual tomou posse como Presidente do Chile e da democracia recuperada em 11 de março de 1990.

Previamente às eleições de 1989 ocorreu uma negociação política entre a oposição vitoriosa e o regime militar com 54 emendas à Constituição de 1980, as quais foram aprovadas em sua totalidade em um *referendum* nacional. Desta forma estava materializando-se uma “transição pactuada” para a democracia.

O governo do Presidente Patricio Aylwin não foi uma administração “normal”, no sentido que seu propósito essencial foi a redemocratização do País através da busca de consensos e a reconciliação nacional.

A Constituição de 1980 voltou a ser modificada durante o governo Aylwin, entre outras coisas para outorgar ao Presidente faculdades especiais por encargo do Congresso para conceder indultos, e com o propósito de permitir a realização de eleições livres das autoridades municipais. Depois, o governo Aylwin criou a Comissão de Verdade e Reconciliação, que informou detalhadamente sobre as mais graves violações aos direitos humanos durante os 17 anos da ditadura. Tal relatório (*Informe Rettig*) serviu de fundamento para uma lei de reparação aos familiares das vítimas mortas por agentes do Estado, que foi aprovada pelo Congresso.

De igual modo, o governo Aylwin criou o Escritório Nacional do Retorno para facilitar o regresso ao Chile dos milhares de exilados durante a ditadura; ratificou e retirou reservas a diversos tratados internacionais relativos aos direitos humanos; tomou a iniciativa para aprovação por parte do Congresso de uma lei para eliminar as restrições à liberdade de expressão;

impulsionou a democratização do poder municipal e criou instituições especiais do Estado para favorecer os interesses das mulheres, dos jovens e dos povos indígenas.

O governo democrático do Presidente Aylwin reconheceu que, no âmbito econômico, o regime de Pinochet teve o mérito de reorientar radicalmente a economia chilena em razão de critérios de mercado e de impulsionar o desenvolvimento exportador, criando, assim, as bases para um crescimento econômico significativo. A percepção do governo democrático era que as nações não se constroem da noite para o dia, senão mediante a ação acumulativa de sucessivas gerações. Posto que os governos não partem do zero, os êxitos econômicos do País deviam reconhecer devidamente o realizado durante o período de Pinochet, assim como em etapas anteriores.

O governo de Aylwin manteve o enfoque modernizador da economia chilena, aprofundando o crescimento, obtendo melhores resultados macroeconômicos, e com o mérito adicional de que começou a enfrentar o lastro de extrema pobreza e a desigualdade social, tudo isso num contexto de respeito aos direitos humanos e de subordinação ao controle e fiscalização democráticas.

O bem-sucedido resultado da transição democrática durante o governo do Presidente Aylwin esteve baseado em grande parte na obtenção de um consenso por parte das principais forças políticas e sociais sobre a necessidade de consolidar a estabilidade democrática e sobre a legitimidade do mercado como fundamento do modelo econômico. Isto é, foi possível avançar significativamente até a formação de uma certa visão comum dos grandes objetivos nacionais e das regras básicas do jogo para obtê-los.

Neste processo de busca de consensos não somente influiu a experiência traumática do colapso da democracia, que a ampla maioria nacional desejava evitar repetir, as políticas impulsionadas pelo governo Aylwin, mas também o processo da transição para uma nova ordem mundial caracterizada essencialmente pelo fim da guerra fria, o aprofundamento da interdependência, e o predomínio do liberalismo econômico.

A transição para uma nova situação internacional significou no âmbito hemisférico coincidências inéditas entre os países da região, fenômeno que um autor denominou “simetria substantiva”⁵. Isto é, que ao contrário do que acontecia no passado, os países da América Latina compartilham hoje – ainda com matizes importantes – uma agenda comum com os Estados Uni-

⁵ Richard Feinberg *Substantive Symmetry in Hemispheric Relations*, apresentação na Latin American Studies Association, Atlanta, Georgia, 10 de março, 1994.

dos, centrada na promoção e defesa da democracia, na competitividade externa e na reforma social. Neste sentido, os acordos da Cúpula de Miami de 1994 marcaram uma convergência histórica entre os países americanos depois de décadas de desencontros e até animosidade entre a América Latina e os Estados Unidos, com evidentes repercussões internas nos países da região americana.

A eleição do Presidente Eduardo Frei em dezembro de 1993, como candidato da “Concertação de Partidos pela Democracia”, significou não somente a continuação do processo de democratização no Chile, senão que, além disso, o triunfo de uma coalizão de partidos que marcou o fim da confrontação entre os tradicionais três terços da política chilena (esquerda, centro e direita).

Mais importante ainda, as eleições presidenciais e parlamentares de 1993 não envolveram um pronunciamento dramático sobre as bases do sistema econômico ou político, como acontecia no passado. Isto é, não houve uma “crise de sucessão”. Apesar de que a concorrência política se mantém nos períodos eleitorais, observa-se atualmente no Chile um acordo sobre as regras básicas do jogo.

Nos partidos políticos observa-se um menor peso dos “caudilhos” do que no passado e uma maior influência das tecnocracias. Progressivamente direita, centro e esquerda demonstram interesse em avançar também no caminho da outra transição, isto é, a transição para um novo regime democrático. Entre os assuntos mais importantes a este respeito figuram as vantagens e desvantagens do presidencialismo *versus* parlamentarismo; o papel dos partidos políticos e sua democracia interna; o fomento à participação dos cidadãos para evitar uma separação entre os representantes e suas bases; o reforço da probidade e a ética na ação política e no serviço público; a modernização da justiça, etc.

A democracia chilena apresenta hoje novos desafios e preocupações. Embora já não existam as profundas diferenças (*cleavages*) de outros tempos, observam-se novas discrepâncias que, em todo caso, dividem a opinião pública e os partidos de maneira diferente às confrontações ideológicas típicas da guerra fria. Problemas como o divórcio, o controle da natalidade, ou a proteção ambiental podem alinhar transversalmente setores distintos de partidos de centro, esquerda e direita. Além disso, à medida que o Chile e o mundo vem mudando, estão modificando-se as bases (*constituencias*) dos partidos; por exemplo, reduziu-se o número dos trabalhadores organizados em sindicatos, com o que seu peso específico nos partidos de esquerda tendeu a declinar. Entretanto, a transição à democracia plena propriamente dita

não foi concluída. Ainda existem alguns entraves autoritários no sistema político e tensões em áreas críticas como os direitos humanos.

Como se sabe, recentemente foram registradas algumas tensões no Chile sobre a sentença da Corte Suprema que condenou a sete anos de prisão, por sua responsabilidade no assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, o ex-diretor da DINA, general da reserva Manuel Contreras, e o ex-chefe de operações da mesma, brigadeiro Pedro Espinoza. O rechaço de Contreras à sentença da Corte, seu uso de diversos recursos para não ir para a prisão e sua declarada intenção de que nunca seria levado para a prisão provocaram uma complexa situação em que – segundo observadores externos – o próprio estado de direito e a autoridade civil no Chile pareciam questionadas. Em todo caso, apesar dos adiamentos, o general Contreras e o brigadeiro Espinoza já estão presos e encontram-se atualmente cumprindo suas penas respectivas em um cárcere nas redondezas de Santiago.

O caso Contreras provocou um intenso debate político sobre a conveniência de pôr fim aos temas pendentes na área dos direitos humanos e sobre, do ponto de vista do governo do Presidente Frei, a necessidade de introduzir modificações adicionais à Constituição de 1980 para que a democracia possa desenvolver-se sem entraves nem tutelas. Assim, o Presidente enviou em agosto de 1995 três iniciativas legais ao Congresso: a primeira fixa normas para contribuir ao esclarecimento da verdade em relação aos detidos, desaparecidos e outras situações de violação dos direitos humanos, agilizando os procedimentos em tais casos; a segunda, modifica a lei orgânica das Forças Armadas e dos “Carabineros” para permitir que o Presidente da República exerça plenamente as prerrogativas que sempre teve o chefe-de-Estado no Chile; e a terceira propõe mudanças na composição do Tribunal Constitucional e do Conselho de Segurança Nacional e, além disso, introduz a eleição democrática para todos os integrantes do Senado, com o que se eliminam os senadores designados.

Estas propostas estão em pleno debate e negociação. O atual momento político no Chile revela que o País ainda está passando por um complexo processo inter-relacionado de transições, sendo a principal a do autoritarismo à democracia. Sem dúvida, o Chile ainda não está plenamente reconciliado e sua democracia é imperfeita. Falta entre o mundo militar e grande parte do mundo civil pontes de comunicação suficientes para integrá-los em um

projeto nacional de futuro⁶. Porém, há importantes sinais de fortaleza na democracia reconstruída. Por exemplo, cabe se perguntar em quantos países um governo de transição democrático é capaz de colocar na prisão o ex-chefe e o ex-subchefe da polícia secreta da ditadura, sem que haja existido uma derrota militar dessa ditadura.

A maioria dos chilenos visualiza o futuro com um cauteloso otimismo pois foram capazes de superar desafios difíceis na história recente. Por isso, acredito que poderemos completar com sucesso o processo de transição à democracia, obtendo talvez, além do mais, as três grandes metas normalmente tão esquivas na América Latina: democracia, desenvolvimento econômico e equidade social.

⁶ Ver *Discurso de S.E. el Presidente de la República, D. Eduardo Frei Ruiz-Tagle, al presentar al País una Iniciativa de Reconciliación Nacional*, Santiago do Chile, 21 de agosto, 1995, p.5.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514